

Aeroportos do
Nordeste do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

1.1. Apresentação e contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico e foi constituída em 30 de maio de 2019, com sede na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.030-300, Recife - Pernambuco, Brasil. É uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“AENA Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri (Espanha).

A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, SME, S.A., uma Companhia cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Iberoamerica, cujo último evento foi a aquisição da concessão do grupo aeroportuário do Nordeste do Brasil, em 2019.

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a ANB assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019, com o objeto da Concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre – SBRF;
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares – SBMO;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP;
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR;
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG; e
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia de 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão – apreciação e decisão pela ANAC, procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão será implementado nas seguintes fases:

Fase 1-A: Mediante acordo entre Aeroportos do Nordeste do Brasil, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Infraero, o processo de assunção dos aeroportos do bloco Nordeste deu-se de forma escalonada visando mitigar impactos operacionais, fase concluída no decorrer de 2020.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que a duração desta fase seja até junho 2023.

Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

1.2. Principais eventos

Reflexos pandemia COVID-19

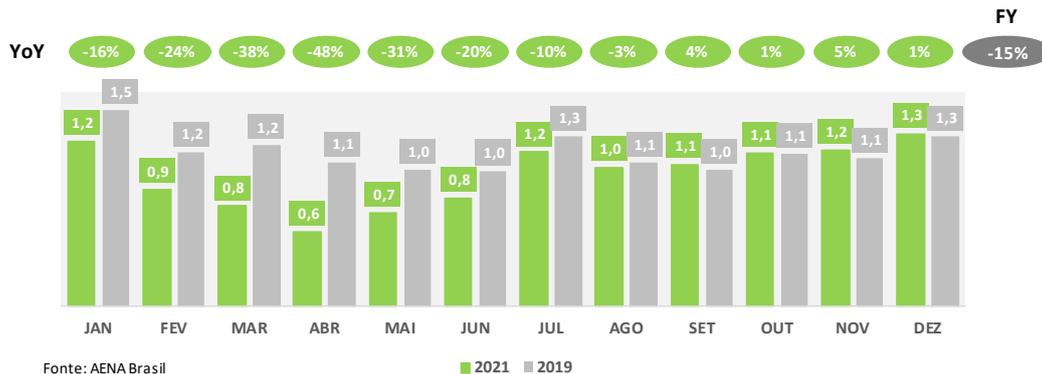
Como é conhecido, em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o 1º caso de corona vírus no Brasil, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia do Covid -19 e em 20 março de 2020 o Governo Federal decretou o Estado de Calamidade Pública, ainda vigente até 31 de dezembro 2021, e que possibilitou adotar medidas emergenciais para auxiliar a economia, saúde pública e a população brasileira. Continua também vigente a Declaração da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada em fevereiro de 2020 pelo Ministério de Saúde e que sustenta as ações urgentes de prevenção e controle de riscos à saúde pública.

Após a melhoria observada no segundo semestre 2020, a pandemia voltou se a agravar a partir de fevereiro 2021 e a segunda onda durou até o segundo trimestre 2021. No entanto, a campanha de vacinação teve um impulso no segundo trimestre 2021 e até o final de setembro 2021 o número de casos havia caído em praticamente todos os estados.

Acompanhando a melhora da situação epidemiológica, no final do terceiro trimestre de 2021, foram levantadas a maior parte das restrições de mobilidade e atividade aplicadas pelos estados e municípios em que a ANB atua. A variante Omicron não teve incidentes significativos no ano, fechando o tráfego do mês de dezembro de 2021 com aumento de 1,5% em relação ao tráfego do mesmo mês do ano de 2019.

Refletindo a evolução da pandemia, após a progressiva recuperação do tráfego observada no segundo semestre de 2020, fato que permitiu atingir em dezembro 2020 um patamar de movimentação de 83% quando comparado ao ano 2019, no 1º semestre de 2021 a ANB sofreu reflexos da terceira onda da pandemia da COVID-19 com um mínimo de tráfego de passageiros em abril 2021, o que representou 52% do total de abril 2019. Nota-se que em qualquer caso o tráfego ficou bem longe dos 8% observado em abril 2020. Com o avanço da vacinação do Brasil no 2º semestre de 2021, mais precisamente em setembro de 2021, a Companhia começou a superar os patamares de 2019 pré pandemia, encerrando o ano com o acumulado -15% comparado ao ano de 2019.

Tráfego de passageiros 2021 vs 2019 (nível pré pandemia)



A recuperação demonstrada acima, está concentrada no tráfego doméstico, dado que ainda existem restrições e inseguranças no trânsito internacional de passageiros, fechando o ano com 14% do tráfego de 2019 para este tipo de tráfego.

Importante destacar também, o incremento de 27% nos níveis de passageiros em conexão comparado a 2019, reforçando a posição do Aeroporto Internacional de Recife como *hub* estratégico da Azul Linhas Aéreas Brasileiras no Nordeste.

Dada a progressiva recuperação global no volume de passageiros, a Companhia continuou aplicando parcialmente o plano de contingência implementado em 2020 para minimizar os impactos financeiros e assegurar liquidez, com as seguintes ações:

- Foi conduzida uma profunda revisão do escopo e custo dos contratos de serviços externalizados vigentes (manutenção, segurança, vigilância, limpeza, *handling*, combate a incêndio e outros), acompanhando as altas e quedas na atividade ao longo do ano; e
- Concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço entre março e maio 2021, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. Estas medidas foram complementadas com aprazamentos pontuais e temporais do pagamento a determinadas companhias aéreas e outros clientes.

Tais medidas foram importantes para manter os níveis de caixa da Companhia e tem contribuído para manutenção das atividades dos nossos principais clientes.

Estas medidas foram progressivamente revertidas desde o terceiro trimestre, acompanhando a recuperação da atividade.

Com base na recuperação da demanda, em coordenação com a ANAC e autoridades sanitárias, a Companhia tem implementado em todos seus aeroportos medidas destinadas a garantir a retomada das atividades mantendo condições de segurança, como a realização de testes em seus funcionários, e o reforço dos serviços de limpeza e higienização dos ambientes e dos sistemas de ar-condicionado, medidas de desinfecção das instalações e sinalizações específicas.

Processo de reequilíbrio econômico - financeiro

A Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC aprovou em 14 de dezembro de 2021 o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão referente ao exercício de 2020. O valor do desequilíbrio aprovado foi de R\$ 69,7 milhões de reais antes dos impostos e, após a compensação do excesso sobre o teto tarifário experimentado no aeroporto de Maceió em esse exercício de R\$ 1,1 milhão de reais, monta em 31 de dezembro de 2020 68,6 milhões de reais. Este valor será atualizado anualmente à taxa de desconto do fluxo marginal de 8,86% a.a. estabelecida no Contrato de Concessão, mais atualização monetária pelo IPCA, até sua recomposição, que se materializará por meio de (i) aumentos nas tarifas de embarque nacional e internacional aplicáveis a partir de janeiro de 2022, e (ii) redução da outorga variável devida ao Poder Concedente a partir do exercício de 2024. Os importes referidos serão contabilizados a partir de 2022 como maior receita e menor despesa, respectivamente, assim que os eventos futuros ocorram, ou seja, quando do aumento da tarifa e da compensação da outorga variável.

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processamento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro correspondente ao exercício de 2021.

Obras melhoria imediata

Conforme contrato de concessão, em 2021 foram realizadas as chamadas “obras de melhoria imediata” visando melhorar os padrões operacionais dos aeroportos com as seguintes atuações:

- (i) melhorias das condições de utilização dos banheiros e fraldários dos aeroportos;
- (ii) revitalização e atualização das sinalizações de informação dentro e fora do terminal de passageiros (TPS);
- (iii) disponibilização de internet wi-fi gratuita de alta velocidade em todo o TPS;
- (iv) revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos aos terminais, estacionamentos de veículos, TPS, terminais de carga e outros setores que envolvam a movimentação de passageiros e seus acompanhantes no lado terra do aeroporto;
- (v) revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens,
- (vi) correção de fissuras, infiltrações, manchas e desgastes na pintura de paredes, pisos e forros (inclusive área externa) do(s) TPS.

Nessa fase executada principalmente entre fevereiro a junho 2021 foram investidos cerca de R\$ 24 milhões de reais nos 6 aeroportos da rede AENA Brasil.

Obras fase 1-B

As obras da fase 1-B ou “obras de melhorias e expansão dos terminais” visam:

- **Lado Terra** – ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens nos aeroportos, incluído terminal de passageiros, estacionamento de veículos vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, provendo área e equipamentos adequados; e

- **Lado Ar** – (i) ampliar as áreas de movimento de aeronaves; (ii) instalar sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, para manutenção das operações com aeronaves a jato; (iii) realizar as adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C; (iv) implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos da regulamentação aeronáutica vigente nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem; (v) disponibilizar recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% (cem por cento) da bagagem despachada da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos.

No ano 2021 a Companhia finalizou a redação dos desenhos funcionais dos 6 aeroportos, os quais foram aprovados pela ANAC, e avançou na contratação das obras.

A maior parte das obras foram estruturadas como contratos em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos visando mitigar riscos: Bloco 1 - Aeroporto de Recife, Bloco 2 - Aeroportos de João Pessoa e Campina Grande e Bloco 3 - Aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro do Norte. Os contratos EPC foram adjudicados em 2021 a consórcios de construtoras e empresas de engenharia, sendo assinados os correspondentes aos Blocos 1 e 2 em dezembro de 2021, e o do Bloco 3 em fevereiro de 2022. Na data deste relatório estava em processo de contratação os contratos de fornecimento de instalações complexas (sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança).

Os investimentos contratados para os 6 aeroportos somam aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de reais e tem previsão para encerrar em 2023.

Como parte do plano de contingência Covid em 2020 foi solicitado à ANAC ampliação do prazo para apresentação dos projetos e execução dos investimentos requeridos pelo contrato de concessão. A ANAC suspendeu os prazos de execução das obrigações contratuais de investimento, entre 13 de maio de 2020 a 23 de novembro de 2020, e acresceu o prazo de 8 (oito) meses às datas inicialmente estabelecidas contratualmente para conclusão dos investimentos, que passaram a ter assim um novo prazo limite de junho 2023.

Operação

Os seis aeroportos administrados pela ANB registraram 11,8 milhões de passageiros até 31 de dezembro de 2021, o que representa um aumento YoY (*Year over Year*) de 51,28% e uma recuperação de 85,5% do tráfego no mesmo período de 2019.

Em termos de movimentação de aeronaves e volume de carga, registraram-se 122.398 operações (+46,2% YoY) e 48.574 toneladas de mercadorias (+60,7% YoY). O Aeroporto Internacional do Recife continua se reafirmando como um importante centro logístico no combate à pandemia e serve como porta de entrada e ponto de distribuição de insumos médicos.

A seguir é demonstrado o volume de passageiros em cada aeroporto administrado pela AENA Brasil:

Milhões de passageiros

Localidade do aeroporto	2021	2020 ⁽¹⁾
Recife (SBRF)	7,5	4,8
Maceió (SBMO)	1,9	1,2
João Pessoa (SBJP)	1,0	0,8
Aracaju (SBAR)	0,8	0,6
Juazeiro do Norte (SBJU)	0,4	0,3
Campina Grande (SBKG)	0,1	0,1
TOTAL	11,8	7,8

⁽¹⁾ Dados do período cheio, não ajustados a data de início das operações de Aena Brasil em cada aeroporto.

As receitas da AENA Brasil aumentaram no período para R\$ 370,8 milhões (R\$ 146,7 milhões em 31 de dezembro de 2020).

As receitas aeronáuticas cresceram para R\$ 186,4 milhões (R\$ 82,8 milhões em 2020). As receitas comerciais aumentaram para R\$ 100,1 milhões (R\$ 52,3 milhões em 2020). As receitas de serviços de construção (IFRIC 12) atingiram R\$ 84,4 milhões (R\$ 11,7 milhões em 2020) como resultado da execução de obras para melhoria imediata dos terminais, desenvolvimento dos projetos da Fase 1-B do contrato de concessão e outras ações de melhoria nos aeroportos.

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) foi positivo no valor total de R\$ 105,6 milhões (2020: negativo em R\$ 12,7 milhões), afetado pelas despesas operacionais na ordem de R\$ 264 milhões (2020: R\$ 159,5 milhões), correspondentes principalmente as despesas com pessoal e serviços de terceiros.

O resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos do ano foi negativo em R\$ 551,9 milhões (2020: negativo em R\$ 491,8 milhões), afetado principalmente pelas depreciações e amortizações de R\$ 55,9 milhões e *impairment* do ativo intangível de R\$ 601,8 milhões (2020: depreciações e amortizações de R\$ 67,0 milhões e *impairment* do ativo intangível de R\$ 412,0 milhões).

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 3,7 milhões, devido principalmente a incidência das receitas das aplicações financeiras. Em 2020, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 7,9 milhões, devido principalmente a incidência das variações cambiais passivas.

O prejuízo líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 361,6 milhões (2020: prejuízo líquido de R\$ 330,4 milhões), com o impacto do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 186,7 milhões (2020: R\$ 169,3 milhões).

Em relação à situação financeira da ANB, cabe destacar que a capitalização exigida pelo contrato de concessão, bem como os efeitos das medidas supracitadas, a renegociação de 18 para 24 meses do empréstimo de R\$ 70 milhões obtido em 30 de dezembro de 2020 e o melhor desempenho da atividade, possibilitaram o cumprimento dos compromissos de pagamento, registrando caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 220 milhões ao final do ano.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2021, foi assinado um financiamento de R\$ 791 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., destinado a financiar boa parte das obras da Fase 1-B dos aeroportos de Recife, João Pessoa e Campina Grande. Ao final do ano, a Companhia estava finalizando a negociação com outra entidade financeira para concluir o financiamento do restante dos investimentos.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente e os Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, María José Cuenda Chamorro, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato e Noelia Martínez Morato, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Roberto Ángel Ramírez García – Diretor Econômico-Financeiro, Sr. Salvador Merino Moina – Diretor de Organização e Recursos Humanos¹, Begoña Felices Pascual – Diretora Comercial e Raúl Moya González, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

3.1. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 11 de fevereiro de 2022

A Administração

¹ Até 31 de dezembro 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 11 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.565	69.579	Fornecedores	13	29.288	10.729
Aplicações financeiras	7	218.376	122.239	Empréstimos e arrendamentos	14	70.402	47.241
Contas a receber de clientes	8	38.168	29.954	Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.599	37.113
Imposto a recuperar	9	9.285	2.652	Impostos a recolher	16	9.376	5.369
Despesas antecipadas		1.651	1.296	Passivos fiscais correntes	17	4.440	-
Outros créditos		<u>529</u>	<u>141</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	18	10.873	8.587
Total do ativo circulante		269.574	225.861	Provisões de contas a pagar	19	27.186	20.280
				Outras contas a pagar	20	<u>3.809</u>	<u>5.656</u>
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo						192.973	134.975
Impostos diferidos	10	<u>373.113</u>	<u>176.835</u>	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		373.113	176.835	Empréstimos e arrendamentos	14	1.100	23.856
				Provisão para contingências	21	<u>-</u>	<u>7</u>
Imobilizado	11	4.106	3.171	Total do passivo não circulante			
Intangível	12	<u>1.231.527</u>	<u>1.798.755</u>			1.100	23.863
Total do ativo não circulante		1.608.746	1.978.761	Patrimônio líquido			
				Capital social	22	2.389.000	2.389.000
				Reservas		-	1.849
				Prejuízos acumulados		<u>(704.753)</u>	<u>(345.065)</u>
				Total do patrimônio líquido			
						1.684.247	2.045.784
Total do ativo		<u>1.878.320</u>	<u>2.204.622</u>	Total do passivo e patrimônio líquido			
						<u>1.878.320</u>	<u>2.204.622</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais líquidas	23	370.810	146.710
Custos dos serviços prestados	24	<u>(278.979)</u>	<u>(178.811)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		91.831	(32.101)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(40.868)	(39.841)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	(1.059)	(7.852)
Impairment	12	<u>(601.813)</u>	<u>(412.029)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido		<u>(551.909)</u>	<u>(491.823)</u>
Receitas financeiras		9.963	3.600
Despesas financeiras		<u>(6.243)</u>	<u>(11.460)</u>
Resultado financeiro líquido	26	<u>3.720</u>	<u>(7.860)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(548.189)</u>	<u>(499.683)</u>
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>186.652</u>	<u>169.285</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(361.537)</u></u>	<u><u>(330.398)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(361.537)	(330.398)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(361.537)</u></u>	<u><u>(330.398)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.388.895	-	(14.667)	2.374.228
Integralização de capital social	22	105	-	-	105
Prejuízo do exercício		-	-	(330.398)	(330.398)
Juros <i>intercompany</i>	15	-	1.849	-	1.849
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.389.000	1.849	(345.065)	2.045.784
Prejuízo do exercício		-	-	(361.537)	(361.537)
Juros <i>intercompany</i>	15	-	(1.849)	1.849	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>2.389.000</u>	<u>-</u>	<u>(704.753)</u>	<u>1.684.247</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		2021	2020
Prejuízo do exercício		(361.537)	(330.398)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social	10	(186.652)	(169.285)
Depreciação	11	1.788	1.034
Amortização	12	54.209	65.963
Juros e variação cambial com partes relacionadas	26	320	11.272
Impairment	12	601.813	412.029
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	1.059	7.852
(Reversão) provisão para contingência	21	(7)	7
Juros sobre aplicações financeiras	26	(8.893)	(3.110)
Juros incorridos empréstimos e arrendamentos	14	5.214	39
		107.314	(4.596)
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(9.273)	(37.806)
Imposto a recuperar		(12.843)	(2.320)
Despesas antecipadas		(355)	(219)
Outros créditos		(388)	(95)
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		1.202	9.589
Contas a pagar - partes relacionadas		166	3.459
Obrigações sociais e trabalhistas		2.286	8.261
Impostos e contribuições a recolher		10.216	4.351
Provisões de contas a pagar		583	17.774
Outras contas a pagar		(1.847)	5.096
Juros pagos e IRPJ e CSLL			
Juros pagos	14	(5.499)	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.186)	(46)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		86.376	3.437
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	11 e 30	(760)	(1.725)
Adições de intangível	12 e 30	(65.151)	(12.240)
Baixas de intangível	12	-	2.763
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(87.243)	(119.129)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(153.154)	(130.331)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	14	-	69.225
Pagamentos de passivo de arrendamento	14	(1.236)	(660)
Integralização de capital	22	-	105
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		(1.236)	68.670
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(68.014)	(58.224)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.579	127.803
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.565	69.579
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(68.014)	(58.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico, constituída em 30 de maio de 2019. A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, CEP: 51.030-300, Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada uma das seis cidades que possui operação de aeroportos.

A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. (“Grupo Aena”), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a ANB assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019 (“Contrato”), com o objeto da concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- **Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes** - Gilberto Freyre - SBRF;
- **Aeroporto de Maceió** - Zumbi dos Palmares - SBMO;
- **Aeroporto Internacional de João Pessoa** - Presidente Castro Pinto - SBJP;
- **Aeroporto Internacional Santa Maria** - Aracaju - SBAR;
- **Aeroporto de Campina Grande** - Presidente João Suassuna - SBKG; e
- **Aeroporto de Juazeiro do Norte** - Orlando Bezerra de Menezes - SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia: 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases:

- **Fase 1-A:** A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada mediante acordo entre Aena Brasil, ANAC e Infraero, visando mitigar impactos operacionais, nas seguintes datas:

	Início da operação
Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU	13/01/2020
Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG	16/01/2020
Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares – SBMO	13/02/2020
Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR	20/02/2020
Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP	24/02/2020
Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF	03/03/2020

- **Fase 1-B:** Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que a duração desta fase seja de 44 meses a contar da data de eficácia - 36 meses originais definidos no Contrato mais 8 meses de ampliação concedidos pela ANAC em decorrência da Covid-19.
- **Fase 2:** Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

- Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes até 2022;
- Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e
- Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente. Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2023 e 2024.

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia reconheceu prejuízo de R\$ 361.537 referente ao período de 1 de janeiro à 31 de dezembro de 2021 (2020: prejuízo de R\$ 330.398). A administração não reconhece incerteza significativa sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- O fluxo de caixa operacional gerado em 2021 e que prevê continuar gerando no futuro, com base nas suas projeções para o período remanente da concessão;

- O estabelecido no contrato sobre a alocação dos riscos entre o Poder Concedente e a Companhia, as interpretações realizadas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia, assim como a legislação aplicável ao caso, fazem a AENA Brasil considerar que tem direito a compensação pelas perdas que a pandemia cause, devido a alterações relevantes nas suas receitas e custos. Assim:
 - A ANAC aprovou em 14 de dezembro de 2021 o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão referente ao exercício de 2020. O valor do desequilíbrio aprovado foi de 69,7 milhões de reais antes dos impostos e, após a compensação do excesso sobre o teto tarifário experimentado no aeroporto de Maceió em 2020 de R\$ 1,1 milhão, monta em 31 de dezembro de 2020 68,6 milhões de reais. Este valor será atualizado anualmente à taxa de desconto do fluxo marginal de 8,86% a.a. estabelecida no Contrato de Concessão, mais o IPCA, até sua recomposição, que se materializará por meio de: (i) aumentos nas tarifas de embarque nacional e internacional aplicáveis desde janeiro de 2022, e (ii) redução da outorga variável devida ao Poder Concedente a partir do exercício de 2024. Os importes referidos serão contabilizados a partir de 2022 como maior receita e menor despesa, respectivamente, assim que os eventos futuros ocorrerem, ou seja, quando do aumento da tarifa e da compensação da outorga variável.
 - Em dezembro 2021 a Companhia apresentou perante a ANAC pleito de revisão extraordinária para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, referente aos efeitos que a pandemia tem ocasionado no exercício 2021, o qual a encontra-se sob revisão pelo Regulador à data de preparação destas demonstrações financeiras.
 - O avanço na estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia, havendo assinado em 30 de dezembro empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento da maior parte das obras de SBRF, SBJU e SBKG (nota 14).
 - O apoio do Grupo Aena expressado na sucessiva suspensão do faturamento dos saldos com partes relacionadas do Grupo (notas 15 e 32).
 - A inexistência de passivos registrados que não possam ser cumpridos com a disponibilidade de caixa esperada para o fluxo de operação da Companhia, mesmo considerando que o cenário atual de pandemia se mantenha no exercício de 2022.

A Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Caixa e equivalentes de caixa mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, com exceção do seguinte:

Como indicado na nota 1, em dezembro 2021 foi aprovado pela ANAC o reequilíbrio do Contrato de Concessão pelos prejuízos ocasionados pela pandemia do Covid-19 no exercício 2020. Não houve contabilização nestas Demonstrações Financeiras do reequilíbrio de R\$ 68.584 referente a 31 de dezembro 2020 reconhecido pelo Poder Concedente, a ser compensado via acréscimos na tarifa de embarque nacional e internacional aplicáveis desde janeiro 2022 e compensação da outorga variável a ser paga a partir de 2024,, visto que estes valores serão reconhecidos com base em prestação de serviços e obrigação futura. A contabilização ocorrerá assim que os eventos futuros ocorram, ou seja, quando do aumento da tarifa e início da compensação da outorga variável.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas;
- **Nota explicativa nº 10** - Imposto de renda correntes e diferidos - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Notas explicativas nº 11 e 12** - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível); e
- **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneiras consistentes a todos os exercícios apresentados:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Juros e despesas pela obtenção de contratos de empréstimos ou arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 11.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de: (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente; e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura

Contratos de concessão de serviços (vide notas 1 e 12)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Quando a vida útil determinada é inferior ao prazo remanescente da concessão, utiliza-se esta para a amortização.

(iv) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1))*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante as quais tendem a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear baseado no prazo restante da Concessão. A amortização inicia-se a partir de que o ativo está em condições de produzir benefícios econômicos, o que se entende que acontece a partir do momento em que os usuários podem ser cobrados pela prestação dos serviços públicos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e, quando aplicável, os títulos de dívida emitidos, são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através de Resultados (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Quando aplicável, um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia são oriundas de:

- **Receitas tarifárias:** Constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remuneram os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei 6009/1972, Decreto 89121/1983 na Resolução 432/2017 e na Portaria 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato de concessão. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada em um período curto;
- **Receitas não tarifárias:** Decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada geralmente ao longo do período dos contratos celebrados; e
- **Receita por prestação de serviço de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante as quais tendem a zero.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iv) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

l. Arrendamento mercantil (IFRS 16/ CPC 06)

A Companhia como arrendatária

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, a Companhia registra os pagamentos do principal dos passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. O pagamento dos juros está classificado como atividade operacional.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018 - 2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2021	2020
Caixa e bancos	<u>1.565</u>	<u>69.579</u>
Total – Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.565</u>	<u>69.579</u>
Aplicações financeiras (CDB)	<u>218.376</u>	<u>122.239</u>
Total – Aplicações financeiras	<u>218.376</u>	<u>122.239</u>

As aplicações financeiras são realizadas em títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas de entre 99,7% a 104,25% (99,5% a 101% em 2020) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas de imediato ou em prazo inferior a 30 dias sem prejuízo da sua remuneração.

Os CDBs são classificados como aplicações financeiras no ativo circulante, pois são mantidos principalmente para atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

8 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes – tarifários (a)	26.012	13.308
Contas a receber de clientes - não tarifários	14.425	14.873
Contas a receber a faturar (b)	<u>6.642</u>	<u>9.625</u>
	47.079	37.806
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	<u>(8.911)</u>	<u>(7.852)</u>
	<u>38.168</u>	<u>29.954</u>

- (a) A variação do saldo de contas a receber tarifário em relação ao saldo do ano anterior se deu pelo aumento de 52% no tráfego de passageiros entre 2020 e 2021, bem como pelo aumento no valor das tarifas.
- (b) A Companhia contabilizou contas a receber a faturar de clientes com base na política contábil nota 6.j, para os contratos vigentes e para os serviços efetivamente prestados que não foram faturados, tais como tarifas aeronáuticas dos últimos dias do período contábil que serão faturadas no mês subsequente, receita não tarifária variável faturada no mês seguinte e receita não tarifária por cessão de uso de área na qual existem restrições para o faturamento, contudo a cessão de uso da área continua em vigor. Os montantes a faturar são determinados nas tarifas vigentes e nos contratos comerciais aplicáveis.
- (c) A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD no exercício:

	2021	2020
Saldos iniciais	(7.852)	-
(+) Adições do exercício	<u>(1.059)</u>	<u>(7.852)</u>
Saldos finais	<u>(8.911)</u>	<u>(7.852)</u>

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil nota 6.h, é refletida na PECLD do exercício.

É conduzido uma análise periódica para classificação de risco (baixo, médio ou alto) de recebimento dos valores em aberto referente aos clientes aeronáuticos e comerciais/imobiliários, avaliando caso a caso. A classificação na categoria de risco determina substancialmente a perda provável esperada em cada caso.

Os clientes onde não são esperadas perdas ou atrasos significativos nos pagamentos são classificados como risco baixo. No resto dos casos, se é antecipado que as tratativas possibilitarão a realização de acordos para pagamento, os clientes são classificados como risco baixo ou médio. No entanto, caso seja esperado um litígio ou a possibilidade de não alcançar um acordo seja considerada elevada, os clientes são classificados como de risco alto.

Esgotadas todas as possibilidades comerciais e legais a companhia teria subsídio suficientes para registrar a perda do valor estimado em cumprimento ao estabelecido no CPC 48.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	37.724	25.801
Vencidos:		
Até 3 meses	4.127	6.097
Entre 4 e 6 meses	702	2.824
Acima de 6 meses	<u>4.526</u>	<u>3.084</u>
	<u>47.079</u>	<u>37.806</u>

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades.

	2021	2020
IRRF	856	1.125
IRPJ a compensar	1	1
CSRF	266	7
PIS	1.442	227
COFINS	6.543	1.044
ISSQN	148	115
Outros	29	133
	9.285	2.652

(a) PIS / COFINS – o aumento nos valores a recuperar é decorrente de dois fatores:

- (i) Retomada da operação gerando aumento nos custos operacionais;
- (ii) Início da execução das obras de melhoria dos aeroportos.

10 Impostos de renda correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos consideram as alíquotas vigentes sobre o resultado.

(a) A seguir está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado do exercício:

	2021	2020
Imposto diferido	196.278	169.285
IRPJ	144.348	124.462
CSLL	51.930	44.823
Imposto corrente	(9.626)	-
IRPJ	(7.075)	-
CSLL	(2.551)	-
Total imposto de renda e contribuição social	186.652	169.285

(b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o lucro (prejuízo) contábil e fiscal no exercício:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(548.189)	(499.683)
Diferenças permanentes:	(788)	2.090
Juros <i>intercompany</i>	-	1.849
Outras diferenças	(788)	241
Diferenças temporárias:		
<i>Impairment</i> não dedutível	601.813	412.029
Diferenças na amortização	(25.970)	(4.213)
Provisões de despesas	8.550	18.053
Provisões de descontos	(2.207)	5.147
Provisão para remuneração variável	455	3.403
Provisões de custos <i>intercompany</i>	641	3.459
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Indedutível	3.644	7.341
Outras diferenças	2.496	(19)
Lucro (prejuízo) fiscal do exercício	40.445	(52.393)

	2021	2020
Prejuízos fiscais compensados	(12.134)	-
Base de cálculo	28.311	(52.393)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto corrente do exercício	<u>9.626</u>	<u>-</u>

(c) Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	2021	2020
2019 – Prazo ilimitado	10.084	22.218
2020 – Prazo ilimitado	52.393	52.393
2021 – Prazo ilimitado	<u>3.502</u>	<u>-</u>
	<u>65.979</u>	<u>74.611</u>
Compensação no exercício	<u>(12.134)</u>	<u>-</u>

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido tanto pelos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a utilizar num futuro, como pelas diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R\$ 373.114 (2020: R\$ 176.835), com base nas projeções preparadas pela Administração que mostram que no futuro previsível obterá lucros futuros tributáveis superiores aos lucros advindos da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes.

A projeção realizada utilizou premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo seria realizado. A Companhia possui contrato de concessão válido para a operação de 6 aeroportos na região nordeste do Brasil, opera com as principais empresas aéreas nacionais e possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos. Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, tais fatores possibilitam que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável.

(d) A seguir, demonstra-se para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para os exercícios de 2020 e 2021:

	Intangível (Impairment)	Provisões	Contas a receber (PECLD)	Amortização e depreciação	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	7.550	7.550
Lançamentos no resultado	<u>140.090</u>	<u>8.457</u>	<u>2.496</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>18.306</u>	<u>169.285</u>
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2020	<u>140.090</u>	<u>8.457</u>	<u>2.496</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>25.856</u>	<u>176.835</u>
Lançamentos no resultado	<u>204.616</u>	<u>3.119</u>	<u>1.239</u>	<u>(8.830)</u>	<u>260</u>	<u>(4.126)</u>	<u>196.278</u>
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2021	<u>344.706</u>	<u>11.576</u>	<u>3.735</u>	<u>(8.830)</u>	<u>196</u>	<u>21.730</u>	<u>373.113</u>

11 Imobilizado

a. Composição

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos	10-33,3	55	(1)	54	138	(46)	92
Computadores e periféricos	25	2.365	(944)	1.421	1.581	(353)	1.228
Móveis e utensílios	10	66	(5)	61	6	(1)	5
Direito de uso - arrendamento salas	50	2.571	(1.308)	1.263	1.223	(586)	637
Direito de uso- arrendamento equipamentos	33,33	1.955	(648)	1.307	1.280	(71)	1.209
		<u>7.012</u>	<u>(2.906)</u>	<u>4.106</u>	<u>4.228</u>	<u>(1.057)</u>	<u>3.171</u>

Movimentação

	Equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso – Arrendamento de salas	Direito de uso - Arrendamento de equipamentos	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	<u>138</u>	<u>328</u>	-	-	-	<u>466</u>
Transferências de intangível (nota 12)	-	-	-	1.198	-	1.198
Adições	-	1.242	6	-	1.280	2.528
Outros	-	-	-	13	-	13
Depreciação	(46)	(342)	(1)	(574)	(71)	(1.034)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>92</u>	<u>1.228</u>	<u>5</u>	<u>637</u>	<u>1.209</u>	<u>3.171</u>
Adições	55	645	61	1.299	675	2.735
Transferências	(92)	92	-	-	-	-
Baixas	-	(12)	-	-	-	-
Depreciação	(1)	(532)	(5)	(673)	(577)	(1.788)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>54</u>	<u>1.421</u>	<u>61</u>	<u>1.263</u>	<u>1.307</u>	<u>4.106</u>

(i) *Direito de uso - Arrendamento salas*

Contrato de aluguel do escritório corporativo da Companhia com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo inicial de 2 anos, renovado por igual período, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado. Em decorrência desta renovação o ativo foi remensurado gerando uma adição de 1.299.

(ii) *Direito de uso - Arrendamento equipamentos*

Contrato de aluguel de equipamentos de informática, iniciado em setembro 2020, pelo prazo de 3 anos.

Contrato de aluguel relativo a equipamentos de impressora, contabilizado conforme nota 6.1 pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021.

Contrato de aluguel relativo a equipamentos de leitura de cartão de embarque, contabilizado conforme nota 6.1 pelo prazo de 2 anos, a partir de 2021.

Os contratos requerem indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

12 Intangível

a. Composição

	2021				2020			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total
Outorga – Concessão (i)	2.263.257	(117.222)	(1.013.842)	1.132.193	2.263.257	(65.963)	(412.029)	1.785.265
Obras e instalações	53.836	(2.659)	-	51.177	-	-	-	-
Equipamentos de informática e outros	5.394	(291)	-	5.103	-	-	-	-
Intangível em construção	38.626	-	-	38.626	13.490	-	-	13.490
Subtotal ativos da concessão	2.361.113	(120.172)	(1.013.842)	1.227.099	2.276.747	(65.963)	(412.029)	1.798.755
Sistemas informatizados em andamento	4.364	-	-	4.364	-	-	-	-
Outros ativos	64	-	-	64	-	-	-	-
	<u>2.365.541</u>	<u>(120.172)</u>	<u>(1.013.842)</u>	<u>1.231.527</u>	<u>2.276.747</u>	<u>(65.963)</u>	<u>(412.029)</u>	<u>1.798.755</u>

As taxas médias anuais de amortização são: Obras e instalações, 25% e 10%, vida útil definida conforme análise da área de Infraestrutura, equipamentos de informática 5%, moveis e utensílios 10%, máquinas e equipamentos 10% e sistemas informatizados 20%.

(i) *Contrato de concessão de serviços*

Consiste no valor pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão.

Também há registrado custos derivados do contrato de concessão que inclui valores pagos a terceiros com base no edital de leilão de julho de 2019 por importe de R\$ 331.466, e valores devidos à controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. no montante de R\$ 14.649 por repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.

A concessão começou na Data de Eficácia do contrato, 9 de outubro de 2019. A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 13 janeiro 2020, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco Nordeste (nota 1).

b. Movimentação

	<u>Ativos da Concessionaria</u>							
	Outorga – Concessão	Obras e instalações	Equipamentos informáticos e outros	Intangível em construção	Subtotal	Sistemas informatizados em andamento	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.266.020	-	-	1.812	2.267.832	-	1.198	2.269.030
Aquisição	-	-	-	11.678	11.678	-	-	11.678
Baixas	(2.763)	-	-	-	(2.763)	-	-	(2.763)
Transferências a imobilizado (nota 11)	-	-	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Impairment	(412.029)	-	-	-	(412.029)	-	-	(412.029)
Amortização	(65.963)	-	-	-	(65.963)	-	-	(65.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.785.265	-	-	13.490	1.798.755	-	-	1.798.755
Aquisição	-	-	5.394	78.972	84.366	4.364	64	88.794
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	53.836	-	(53.836)	-	-	-	-
Impairment	(601.813)	-	-	-	(601.813)	-	-	(601.813)
Amortização	(51.259)	(2.659)	(291)	-	(54.209)	-	-	(54.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.132.193	51.177	5.103	38.626	1.227.099	4.364	64	1.231.527

Em 2021 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente:

- Atividades de engenharia e primeiros adiantamentos realizados às empresas de construção para executar as Obras de ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos requeridas pelo contrato de concessão; e
- Outras obras de melhoria das instalações e equipamentos dos 6 aeroportos.

A maior parte das obras a serem realizadas na Fase IB (nota 1) foram estruturadas como contratos em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos. Os contratos do Bloco1 - SBRF e Bloco 2 - SBJP e SBKG foram assinados em dezembro 2021 no valor conjunto de R\$ 863.000, dos quais foram faturados R\$ 20.270 como adiantamento a 31 de dezembro 2021. O contrato do Bloco 3 - SBMO, SBAR e SBJU foi assinado em fevereiro 2022 (nota 32). Na data de elaboração das Demonstrações Financeiras estavam em processo de contratação o fornecimento de instalações complexas (sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança).

Em 2020 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente as atividades de engenharia para executar as obras requeridas pelo contrato de concessão:

- Obras de melhoria nos 6 aeroportos, consistentes principalmente na renovação dos banheiros públicos e ações de melhoria na sinalização, iluminação e acessibilidade dos edifícios terminais; e
- Obras de ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos.

c. Teste de impairment

A Companhia efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020. O valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2021 era maior que o seu valor recuperável de R\$ 1.134.173 (2020: R\$ 1.748.234) e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável no valor R\$ 601.813 (2020: R\$ 412.029) foi reconhecido, totalizando em 1.013.842 ao final do exercício (2020: R\$ 412.029). A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada à linha “Outorga – Concessão” e foi incluída em ‘Despesas Operacionais’.

Os cálculos do valor em uso foram realizados sob a base das projeções dos fluxos de caixa aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 12,9% (2020: 12,3%) e corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital antes de impostos é de 19,5% (2020: 18,6%).

Além da taxa de desconto, as principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Companhia são: curva de demanda de passageiros, variação tarifária, receita comercial, nível de investimento e custos operacionais. Foram utilizadas as previsões contidas no último Plano de Negócios elaborado pela Administração, que incluem aumentos no nível de investimentos e aumentos de receitas e custos operacionais em relação ao cenário contemplado para a elaboração do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2020. O custo dos investimentos a realizar no período de 2022 a 2027 é cerca de 137% superior ao considerado no teste de *impairment* de 2020, principalmente devido à remensuração do custo das atuações após a elaboração dos projetos conforme as necessidades e normativa vigentes, e ao aumento do custo dos materiais de construção e à inflação.

No que diz respeito ao tráfego, foi considerada a recuperação total a níveis 2019 em 2022, em linha com as previsões da International Air Transport Association (IATA) para a região. O cenário base implica um aumento no número de passageiros durante o período de concessão.

A receita líquida do período 2022 a 2027 é 23,6% superior à considerada em 2020, principalmente devido ao aumento do tráfego (7,1% maior) e ao aumento das tarifas e receitas comerciais devido à inflação projetada.

As despesas operacionais também aumentaram neste período (aumento de 21,8%), principalmente devido ao aumento da atividade que afeta os custos variáveis, bem como pelo efeito da inflação.

As taxas de inflação consideradas foram de 8,35% em 2022, 5,15% em 2023, 3,25% em 2024 e 3% para o resto dos anos.

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará uma perda adicional.

A seguir mostra-se o teste de sensibilidade do *Impairment*, através de variações razoáveis nas seguintes variáveis:

- **Taxa de desconto:** +/- 1 p.p.; e
- **Tráfego de passageiros:** Foram propostos dois cenários possíveis para o tráfego de 2022. No cenário mais pessimista, a recuperação do tráfego de 2022 é considerada abaixo do cenário base, levando em consideração o possível impacto da Ómicron; foi considerado também um cenário mais otimista com uma recuperação do tráfego em 2022 superior ao cenário base e mais em linha com o crescimento que vem ocorrendo nos últimos meses de 2021.

As variações do valor em uso 2021 em relação ao valor em uso do cenário base descrito resultantes da análise de sensibilidade estão demonstradas abaixo:

	WACC		
	11,9%	12,9%	13,9%
Recuperação do tráfego (PAX)			
Curva tráfego pessimista -1,8%	(727.440)	(1.043.083)	(1.309.240)
Curva Cenário Base	(696.240)	(1.013.842)	(1.281.710)
Curva tráfego otimista +1,8%	(665.560)	(985.016)	(1.254.490)

A seguir mostra-se às variações razoáveis do teste de *impairment* 2020 sobre as principais variáveis com incidência no resultado a taxa média ponderada de custo do capital (WACC) e a curva de recuperação do tráfego de passageiros:

	WACC		
	11,0%	12,0%	13,0%
Recuperação do tráfego (PAX) 2021 - 2025	11,0%	12,0%	13,0%
Curva de recuperação em “V” (+7,1%)	-	(308.598)	(589.628)
Curva de recuperação em “U” - Base	(81.370)	(412.029)	(687.807)
Curva de recuperação em “L” (-14,2%)	(161.387)	(494.497)	(772.204)

13 Fornecedores e contas a pagar

Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2021	2020
Obras e equipamentos	17.321	1.599
Operação	11.967	9.130
	29.288	10.729

14 Empréstimos e arrendamentos

Os termos e condições dos empréstimos e arrendamentos em aberto são:

				2021	2020
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento final	Valor contábil	Valor contábil
Empréstimos bancários com garantia (i)	R\$	3,6% + 100% CDI IPCA+1,66%	2022	69.421	69.225
Contrato de financiamento (iii)	R\$	IPCA +2,02%	2046	(500)	-
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	4,31%	2024	1.315	675
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	12,00%	2023	442	771
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	2,37%	2023	554	-
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	2,22%	2023	270	426
				71.502	71.097
				2021	2020
Passivo circulante					
Empréstimos bancários com garantia				68.921	46.150
Passivos de arrendamento				1.481	1.091
				70.402	47.241

	2021	2020
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantia	-	23.075
Passivos de arrendamento	1.100	781
	1.100	23.856

- (i) A Companhia captou empréstimo em 30 de dezembro de 2020 com o Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 70.000, registrado pelo valor original de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até a data do balanço.

O empréstimo foi instrumentado inicialmente com uma Cédula de Crédito Bancário, com prazo de 18 meses a ser pago em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas, vincendas a partir do 7º mês de vigência, inclusive. Em 2021, o empréstimo foi aditado para modificar o prazo para 24 meses, a ser pago em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas, vincendas a partir do 13º mês de vigência, inclusive. O empréstimo está garantido com os recebimentos de clientes, pelo valor mínimo de 2,5 vezes o valor da próxima parcela. O empréstimo impõe algumas restrições e *covenants* que, caso sejam descumpridas, acarretariam o vencimento antecipado da dívida, e que a seguir são resumidas:

- Recebimentos mensais de clientes na conta vinculada não alcancem 1,5 vezes a próxima parcela de pagamento 1 mês, ou 2,5 vezes em meia de 2 meses.
- Em verificação anual a realizar em dezembro 2021, a razão de dívida líquida / EBITDA exceda 3,5 vezes.
- Atos societários como mudança ou alteração do objeto social; cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária; sofrer alteração de controle, direto ou indireto; distribuição de dividendos acima do mínimo legal.
- Processo de caducidade/devolução (amigável ou não) da concessão e/ou outro processo que questione a concessão.
- Realização de mútuo.
- Descumprimento de obrigações pecuniárias em valor superior a R\$ 5.000, sofrer protestos (SPC/SERASA) em valor superior a R\$ 5.000; liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência; pedido de autofalência; pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento de recuperação ou de sua concessão pelo juízo competente; encerramento das atividades.
- Venda de ativos superior a R\$ 5.000.
- Descumprimento de qualquer decisão judicial em segunda instância cuja exigibilidade não tenha sido suspensa e o valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive ambientais, exigidas para o regular exercício das

atividades desenvolvidas, que afete de forma significativa o exercício das atividades desenvolvidas pela Aena Brasil.

A administração confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e, assim, tem classificado o empréstimo atendendo as datas do vencimento original.

- (ii) Os seguintes arrendamentos foram contratados pela Companhia: aluguel de salas de escritório corporativo, com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo de 2 anos, renovado em dezembro de 2021 por igual período; aluguel de equipamentos de informática e impressoras, iniciados em 2020, pelo prazo de 3 anos, e aluguel relativo à leitoras de cartão de embarque, pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021, todos foram contabilizados conforme CPC – 06 (nota 6.1), com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.
- (iii) Em 30 de dezembro de 2021, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste S.A., por importe de R\$ 790.982 com a finalidade de financiar os investimentos da Fase 1-B nos aeroportos SBRF, SBJU, SBKG. Os desembolsos estão previstos para acontecer a partir de fevereiro de 2022, com um prazo de 24 anos para pagamento e carência de 48 meses na amortização do capital. As taxas acordadas foram de IPCA +1,66% a.a. (financiamento de SBJU e SBKG) e IPCA +2,02% a.a. (SBRF).

O desembolso do crédito está condicionado, entre outros, ao cumprimento de determinados requisitos documentais e a assinatura de várias garantias, entre as quais destacam a entrega de Fiança Bancária em favor do banco em valor equivalente a 50% do saldo devedor decorrente do financiamento; a constituição de cessão fiduciária; e a constituição pelo acionista de penhor das ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 estas condições precedentes não haviam sido completadas, e assim não houve desembolso no exercício. A Companhia pagou R\$ 500 mil em conceito de tarifa bancária, os quais serão contabilizados como parte da taxa de juros efetiva (nota 6.b) a partir do momento que o financiamento seja desembolsado.

a. Cronograma da dívida em 31 de dezembro de 2021

	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
2022	69.650	752	70.402
2023	-	1.100	1.100
	69.250	1.852	71.502

O cronograma da dívida a 31 de dezembro de 2020 era:

	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
2021	46.150	1.091	47.241
2022	23.075	487	23.856
2023 em diante	-	293	293
	69.225	1.871	71.097

b. Movimentação

	Empréstimos e Financiamento	Passivos de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.210	1.210
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	70.000	-	70.000
Recursos provenientes de novos contratos de arrendamento	-	1.293	1.293
Custos de transação	(775)	-	(775)
Juros incorridos	-	29	29
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(660)	(660)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.225	1.872	71.097
Recursos provenientes de novos contratos de arrendamento	-	1.925	1.925
Juros incorridos	5.138	76	5.214
Juros pagos e tarifa bancaria de financiamento	(5.442)	(57)	(5.499)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(1.236)	(1.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.921	2.580	71.502

15 Partes relacionadas

a. Controladora

O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas.

As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo) assinado com as duas companhias do grupo em 1 setembro 2020. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil, especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como o preço baseado em custo mais mark-up do 6,98% para os serviços de assessoramento e apoio a gestão.

Na mesma data foi assinado um Acordo de Suspensão que suspendeu até 31 de dezembro de 2020 o faturamento e o pagamento das quantidades devidas sob o Acordo. O Acordo de Suspensão foi renovado, suspendendo o faturamento e o pagamento até 28 de fevereiro de 2022.

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram:

	2021	2020
Aena Desarrollo Internacional SME, SA - serviços e despesas (i)	-	1.768
Aena, SME, SA - serviços e despesas (i)	831	1.691
	831	3.459

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2021	2020
Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.	31.921	32.221
Aena, S.M.E., S.A.	5.677	4.892
	<u>37.599</u>	<u>37.113</u>

Os saldos com as companhias relacionadas estão denominados em euro e foram convertidos para real aplicando a política contábil descrita na nota 6.a.

- (i) A Aena Brasil registrou transações com Aena, SME, S.A e com Aena Desarrollo Internacional SME, S.A., que suportaram a Aena Brasil em suas operações. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio.

Adicionalmente, em 2020 a Companhia determinou o valor justo do parcelamento concedido de fato pelas partes relacionadas, determinando que o valor dos juros que um terceiro teria aplicado seriam de R\$ 1.849 (R\$ 1.637 Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A. e R\$ 212 Aena S.M.E. S.A.). A Companhia contabilizou a operação de forma análoga a um aporte de capital consistente com o perdão do pagamento de juros, registrando assim os juros nas despesas financeiras (nota 26), e um aporte em Reservas como contrapartida.

Em 2021, considerando que a obrigação de pagamento de juros nos documentos contratuais assinados entre as partes não é aplicável devido à suspensão do faturamento mencionada acima, foi realizada uma revisão no critério de reconhecimento dos juros perante Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A e Aena S.M.E. S.A, sendo revertida a contabilização realizada em 2020, anulando-se o aporte em reservas, com contrapartida em Prejuízos acumulados.

c. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 8.179 (R\$ 6.434 em 2020), correspondendo R\$ 7.019 a remuneração fixa e R\$ 1.160 a variável (2020: R\$ 4.522 fixa e R\$ 2.008 variável).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações.

16 Impostos a recolher

O montante de impostos a recolher se refere principalmente aos impostos: PIS, COFINS, ISS e CSRF, conforme o quadro a seguir:

	2021	2020
IRRF	143	162
PIS	649	392
COFINS	3.004	1.812
ISSQN	3.008	1.459
INSS	1.016	434
CIDE	327	327
CSRF	1.229	783
	<u>9.376</u>	<u>5.369</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Imposto de renda	3.244	-
Contribuição social	1.196	-
	<u>4.440</u>	<u>-</u>

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para a contribuição social foi considerada uma alíquota de 9%.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

Salários e remunerações registram as obrigações decorrentes da folha de pagamentos. Encargos sociais a recolher, referem-se aos valores incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2021	2020
Remuneração variável	4.521	3.807
Provisões para férias	3.152	2.352
INSS a recolher	1.613	1.071
IRRF sobre FOPAG	1.154	991
FGTS a recolher	394	355
Pensões a pagar	18	11
Ordenados e salários	15	-
Contribuição sindical	6	1
	<u>10.873</u>	<u>8.587</u>

19 Provisões de contas a pagar

As provisões de contas a pagar, no montante de R\$ 27.186 em 31 de dezembro de 2021, referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício.

	2021	2020
Serviços de bombeiros	15.990	8.202
Serviços de engenharia (CAPEX)	2.016	4.379
Consumos (Energia, Água, Combustíveis e Materiais)	2.525	1.816
Outros serviços de terceiros	6.655	5.883
	<u>27.186</u>	<u>20.280</u>

A linha de serviços de bombeiros corresponde as contraprestações, devidas aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, nos que opera a companhia pela execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias.

20 Outras contas a pagar

O montante de R\$ 3.809, registrado em outras contas a pagar, contempla obrigações como remuneração de conselheiros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2021	2020
Cauções de terceiros (a)	2.432	453
Adiantamento de clientes (b)	472	3.330
Valores a repassar a terceiros (c)	175	653
Outras contas a pagar	730	1.220
	3.809	5.656

- (a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos.
- (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses devidos ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), incidentes sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais.

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais ou administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária resultante do curso normal de seus negócios. Possuindo processos avaliados pelos consultores jurídicos com risco possível, para os quais não foram constituídas provisões, e risco provável, cuja provisão foi devidamente constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir:

	2021	2020
Processos judiciais com risco possível		
Trabalhistas (a)	163	361
Tributários (b)	4.106	4.265
Cíveis (c)	2.536	600
	6.805	5.226
Processos judiciais com risco provável		
Trabalhistas	-	7
	-	7

A seguir, está demonstrada a movimentação no exercício:

	Riscos trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	7
Adições	-	-
Reversão	(7)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	7

a. Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b. Riscos tributários

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu da Prefeitura de Rio Largo/AL um documento de arrecadação municipal referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) no valor total de R\$ 4.265, referente ao Aeroporto Internacional de Maceió/Zumbi dos Palmares, que fica dividido entre os municípios de Maceió/AL e Rio Largo/AL.

Como o fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada exercício civil, a administração entende que o Município de Rio Largo/AL não pode cobrar da Companhia o tributo referente ao ano de 2020, eis que nesta data a Aena Brasil não havia assumido a operação do Aeroporto.

Ademais, a cobrança da Prefeitura de Rio Largo não apresentou qualquer critério de cobrança (base de cálculo, fato gerador, inscrição municipal), inclusive sem mencionar o fato de que a área física do Aeroporto de Maceió está dividida entre dois municípios.

Finalmente, considerando que o IPTU é um tributo cobrado a partir da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, que a posse precária está excluída de tais hipóteses, e considerando o próprio Contrato de Concessão, pelo qual a União Federal não deixou e não deixará de ser proprietária do imóvel em questão, a administração entende que a Companhia exerce uma posse precária, principalmente porque os bens serão revertidos ao final da concessão, e que assim, o IPTU não é devido.

A Companhia iniciou processo administrativo a partir da Reclamação contra o lançamento, protocolada em 19 de fevereiro de 2020, ainda não resolvida até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras.

Em relação ao ICPC 22/ IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a análise da administração é que não existem incertezas relevantes.

c. Riscos cíveis

Processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas e outros) e fornecedores, relativos a pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigações a fazer, ou outras naturezas.

22 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 30 de maio de 2019 com um capital de R\$ 10, dos quais foi integralizado R\$ 1. Em 01 de julho de 2019, o Conselho de Administração, em uso da atribuição conferida nos estatutos sociais da Companhia, aprovou o aumento de capital de R\$ 2.388.990, sendo referente a 2.388.990.000 ações ordinárias, das quais foram integralizadas 2.388.894.000, passando o capital social integralizado da Companhia de R\$ 1 para R\$ 2.388.895.

Em 15 de junho de 2020 foi integralizado o capital social restante no valor de R\$ 105 totalizando um capital de R\$ 2.389.000, referente a 2.389.000.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A..

Reservas

As reservas refletem a contrapartida dos juros *intercompany*, em 2021 o estorno referente aos juros contabilizados em 2020, foi realizado com a contrapartida na conta de prejuízos acumulados, conforme descrito na nota 14.

23 Receitas operacionais

No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2021	2020
Receitas tarifárias	216.976	91.111
Receitas não tarifárias	122.666	98.920
Receita por prestação de serviço de construção (Redutoras)	84.366	11.678
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	(41.515)	(19.733)
Cancelamentos e abatimentos (i)	(9.782)	(32.054)
Descontos	(1.901)	(3.212)
	370.810	146.710

- (i) Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. Estas medidas foram aplicadas a partir de abril 2020 em decorrência da situação de pandemia e progressivamente revertidas desde o terceiro trimestre de 2020, até ter sido eliminadas já em janeiro 2021. As medidas foram recuperadas em março 2021 e vigoraram até maio 2021.

No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2021	2020
Receitas tarifárias	187.339	82.804
Receitas não tarifárias	99.106	52.228
Receita por prestação de serviços de construção	84.366	11.678
	370.810	146.710

24 Custos dos serviços prestados

O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2021	2020
Custos de prestação de serviço de construção (nota 12(b))	(84.366)	(11.678)
Custos com pessoal	(20.484)	(17.404)
Serviços (a)	(86.102)	(61.441)
Materiais e consumos	(27.130)	(15.425)
Seguros	(4.836)	(4.972)
Depreciação e amortização	(55.997)	(66.997)
Outros	(64)	(894)
	(278.979)	(178.811)

- (a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos.

25 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	(30.811)	(26.263)
Serviços	(9.041)	(9.200)
Outros	(1.016)	(4.378)
	(40.868)	(39.841)

26 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	8.893	3.110
Juros obtidos e multas	955	40
Descontos obtidos	114	450
	9.963	3.600
Despesas financeiras		
Despesa com IOF	(325)	(38)
Variação cambial	(320)	(9.423)
Juros <i>Intercompany</i>	-	(1.849)
Juros empréstimo	(5.442)	-
Outros	(795)	(150)
	(6.243)	(11.460)
	3.720	(7.860)
Resultado financeiro líquido		

27 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

				2021		
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Ativo						
Caixa e bancos	7	1.565	-	-		
Aplicações financeiras	7	218.376	-	-		
Contas a receber de clientes	8	-	33.021	-		
Outros créditos		-	529	-		
Passivo						
Fornecedores	13	-	-	11.256		
Empréstimos	14	-	-	69.421		
Passivo de arrendamento	14	-	-	2.581		
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.599		
Outras contas a pagar	19	-	-	21.840		
		219.941	33.550	142.697		
				2020		
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Ativo						
Caixa e bancos	7	69.579	-	-		
Aplicações financeiras	7	122.239	-	-		
Contas a receber de clientes	8	-	22.925	-		
Outros créditos		-	141	-		
Passivo						
Fornecedores	13	-	-	10.729		
Empréstimos	14	-	-	69.225		
Passivo de arrendamento	14	-	-	1.872		
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.113		
Outras contas a pagar	19	-	-	5.656		
		191.818	23.066	124.595		

A administração entende que as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40/IFRS 7.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$1.564 (2020: R\$ 69.579) de caixa e bancos.

Os saldos em caixa e bancos têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1).

(iii) Detalhe dos fluxos contratuais

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2021:

	Nota	2022	2023	2024
Ativo				
Contas a receber de clientes	8	33.021	-	-
Passivo				
Fornecedores	13	29.288	-	-
Empréstimos	14	74.684	-	-
Arrendamentos	14	1.512	1.164	-
Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.599	-	-
		<u>176.104</u>	<u>1.164</u>	<u>-</u>

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2020:

	Nota	2021	2022	2023
Ativo				
Contas a receber de clientes	8	22.925	-	-
Passivo				
Fornecedores	14	10.729	-	-
Empréstimos	15	38.387	35.557	-
Arrendamentos	15	1.031	487	365
Contas a pagar - partes relacionadas	16	37.113	-	-
		<u>110.185</u>	<u>36.044</u>	<u>365</u>

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de taxas de juros e inflação;
- (c) Risco de taxa de câmbio; e
- (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*, ou de capital público.

A Companhia também gera o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado ou a vista para a operação de Grupo II (taxi aéreo e aviação geral), e para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2021 estão refletidos a seguir:

	2021	2020
Adiantamento de clientes	472	3.330
Caução recebida	146	403
Fiança bancária	940	296
Seguro caução	<u>16.201</u>	<u>11.196</u>
	<u>17.759</u>	<u>15.225</u>

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração das aplicações financeiras e aos juros registrados no empréstimo. A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio euro/R\$, nas contas a pagar a partes relacionadas, ver saldos na nota 27 v). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de suas operações. A administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

(v) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

- A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros CDI foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I (*) Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI(*) - Alta	11,23%	14,03%	16,84%
CDI(*) - Baixa	11,23%	8,42%	5,61%

(*) Ano 2022 - Projeção Macro Santander - 12.11.21

- Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI, foram consideradas uma alta e uma queda de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Todos os valores se apresentam líquidos de IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDB – aplicações financeiras	Baixa do CDI	11.381	8.460	5.594
Empréstimos	Alta do CDI	2.678	3.118	3.558

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de câmbio.

- A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Contas a pagar – Partes Relacionadas (variação cambial)	Alta €	(623)	5.425	11.473

Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €/R\$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Todos os valores se apresentam líquidos de IRPJ e CSLL.

28 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 195.016
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*)	R\$3.084.624
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	R\$ 300.000

(*) Valor em Dólar USD 552.810, convertido em Reais na cotação de 31/12/2021 do Dólar comercial USD 1/R\$5.5799-
Fonte Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros vigentes foram:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 177.805
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários	R\$ 2.980.751
Danos materiais – aeroporto e escritório administrativo	R\$ 300.000

29 Compromissos assumidos

a. Investimentos

O Contrato de Concessão, Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos em um máximo de 36 meses após a Data de Eficácia do Contrato de Concessão:

- Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e vias terrestres associadas, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar, simultaneamente, no aeroporto, pelo menos as quantidades de passageiros detalhadas no PEA para cada aeroporto (todos os aeroportos).
- Disponibilizar área de pátio de aeronaves para acomodar, pelo menos, de forma simultânea e independente, 23 (vinte e três) aeronaves código “C”; 02 (duas) aeronaves código D e 02 (duas) aeronaves código “E”, entre posições atendidas por pontes de embarque e posições remotas (SBRF).
- Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, para manutenção das operações com aeronaves a jato, quando houver (todos os aeroportos).

- Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C (todos os aeroportos).
- Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA), nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem (todos os aeroportos).
- Disponibilizar os recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% da bagagem despachada, da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos (todos os aeroportos).

Além disso, a Companhia deverá realizar os investimentos necessários nas infraestruturas para manter os níveis de serviço requeridos pelo PEA, em função da demanda atual.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2019-2023)	-
Quinto ano (2024)	1,63%
Sexto ano (2025)	3,27%
Sétimo ano (2026)	4,90%
Oitavo ano (2027)	6,53%
Até o final da concessão (2028-2049)	8,16%

Consequentemente a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável.

30 Demonstração dos fluxos de caixa - Transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7.

(ii) Informações suplementares

Na tabela abaixo são apresentados os valores que não envolveram caixa no exercício:

	2021	2020
Atividades de investimentos		
Arrendamento	1.975	1.293
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento	<u>23.643</u>	<u>1.251</u>
	<u>25.618</u>	<u>2.544</u>

31 Arrendamentos

A seguir é proporcionada a informação sobre arrendamentos requerida pelo CPC 06 / IFRS 16 de forma direta ou por referência a outras notas destas demonstrações financeiras:

Ativos de direito de uso	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte do Imobilizado (nota 11)
Passivos de arrendamento	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte de Empréstimos e Arrendamentos (nota 14)
Juros sobre passivos de arrendamento	Nota 14
Encargos de depreciação para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente	Nota 11
Saídas de caixa totais para arrendamentos	Nota 14
Adições a ativos de direito de uso;	Nota 11
Valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período de relatório por classe de ativo subjacente	Nota 11
Análise de vencimento de passivos de arrendamento	Nota 27
Outras informações sobre os arrendamentos	Nota 14

32 Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro 2022 foi assinada a terceira prorrogação do Acordo de Suspensão do Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (nota 15), pelo qual é mantida a suspensão do faturamento e o pagamento das quantidades devidas até o 28 de fevereiro de 2024.

Em 4 de fevereiro 2022 foi completada a assinatura do contrato EPC das obras da Fase IB nos aeroportos de SBMO, SBAR, SBJU, em valor de R\$ 350.000.

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini Ruiz Conselheiro	José Leo Vizcaíno Conselheiro	Juan Carlos Alfonso Rubio Conselheiro	Maria José Cuenda Chamorro Conselheira
Antonio Fernández Poyato Conselheiro	Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano Conselheiro	Noelia Martínez Morato Conselheira	

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Diretor Presidente

Roberto Ángel Ramírez García Diretor Econômico Financeiro	Begoña Felices Pascual Diretora Comercial
Salvador Merino Moína ¹ Diretor de Organização e Recursos Humanos	Raúl Moya González Diretor de Operações, Infraestrutura e TI
Ana Claudia Santos Contadora CRC: PE-031.931/O-1	

¹ Até 31 de dezembro de 2021